



Marginal

8 SIA DA/UAL “MARGINAL”

VIII Seminário Internacional de Arquitectura

Departamento de Arquitectura

UAL 23 – 31 Julho 2007

O workshop “Marginal” surgiu na sequência das reflexões e projectos propostos em torno do Estuário do Tejo para a Iª Trienal de Arquitectura de Lisboa, onde o Departamento de Arquitectura da UAL alcançou o primeiro prémio *ex-quo* em Julho de 2007. Para este workshop lançou-se o desafio de pensar e construir no Estuário do Tejo, partindo do princípio que este constitui o Elemento Primário unificador da grande área metropolitana de Lisboa e que se assume como espaço central dessa cidade. O princípio gerador do tema do VIII Seminário questiona o conceito vigente de área metropolitana como o somatório territorial de vários municípios e da respectiva área portuária, para privilegiar uma outra possibilidade de cidade metropolitana onde o território é analisado e potencialmente transformado com uma estratégia de conjunto.

O desafio lançado às equipas de arquitectos e estudantes de arquitectura procurou tirar partido da possibilidade de trabalhar com a imensa massa de água que define o perímetro da grande Lisboa, e que obriga a diferentes modos de reacção consoante a área ribeirinha eleita. Isto porque a complexidade do território incorpora áreas de paisagem em frágil equilíbrio ecológico, mas também áreas que possuem a vocação de serem transformadas em cidade (com largo espectro programático), regenerando espaços ocupados no passado recente pela indústria e actividade portuária.

O VIII Seminário produziu estratégias de projecto, desde a mais localizada até aquela mais abrangente, que recorreram invariavelmente à *infra-estrutura* e ao *programa* como matriz inicial. O Estuário do Tejo, no centro da grande área metropolitana de Lisboa, tornou-se, nos projectos elaborados, território transformável, e, como consequência, lugar de reacção privilegiado para acolher propostas que vão desde a construção vertical, passando pela reinvenção da linha de costa que pode recuar ou avançar consoante as necessidades, até à inserção de plataformas urbanas como ilhas da cidade futura.













Lisboa, o Rio e a Cidade

José Manuel Fernandes

Desde sempre que Lisboa soube estabelecer uma relação notável, paisagística, urbana e arquitectónica, com o largo rio que a envolve, e que tanto ajuda à sua grandeza.

Na génese territorial da urbe, no tempo Pré-romano e Romano, foi na confluência das duas linhas de água dos vales axiais, descendo ao Rossio e à sua envolvente, que se marcou o “primeiro lugar”, o sítio certo, para o seu núcleo mais central e ribeirinho – a “praia” do Rossio, espaço para o hipódromo, na definição da área desportiva antiga.

Com a fase Medieval e Moderna, a cidade alongou-se, numa estrutura de colina a colina que, entre ruas directas, estaleiros e praias, conseguiu acompanhar, como uma viva paisagem urbana, a linha costeira. Em meados de Setecentos, Lisboa era pois uma cidade linear, dominante-mente ribeirinha, desenvolvida no sentido leste-oeste, ligando Alfama, o Paço e a Ribeira, a Madragoa e Santos o Novo, até Alcântara, a Junqueira e Belém.

Com o pós-terramoto, Lisboa reorganizou e reconstruiu a sua relação com o rio, abrindo, de um modo tão espectacular como monumental, a sua área central às águas do Tejo, a partir de uma das mais belas praças clássicas do mundo – a Praça do Comércio. Mas, e também segundo o plano Pombalino, a cidade reorientou a sua direcção de crescimento dominante, pela primeira vez, e decididamente, para Norte – para as futuras Avenidas dos planaltos do interior.

Já durante a segunda metade de Oitocentos, as longas margens da cidade, antes com areais, cais privados e algumas muralhas e baluartes, foram modernizadas, por implantação de sucessivos aterros e sobretudo pela construção de uma nova estrutura portuária e ferroviária, bem como pelas instalação de pólos industriais e de produção de energia.

Os sistemas rodoviários ampliaram esta vocação infra-estrutural durante o século XX, mas o problema da reciclagem e refuncionalização das antigas áreas industriais colocou-se também, como uma nova questão, a que o Estado Novo deu uma primeira resposta, com a renovação da área Monumental de Belém (a pretexto da Exposição do Mundo Português, em 1940), transformando este sector ribeirinho numa longa área de lazer, de turismo cultural e de equipamentos públicos. A edificação do CCB, nos anos 1990, soube consolidar e ampliar esta vocação da área ocidental.

Do outro lado das margens lisboetas, no envelhecido tecido pós-industrial da zona Oriental (de Xabregas e Poço do Bispo a Cabo Ruivo e Sacavém), a programação de uma Exposição Internacional em 1998 permitiu na transição do século, criar uma outra ampla área de lazer e turismo cultural, bem como de fundo equipamental, que ajudou ao equilíbrio funcional de todo o conjunto urbano.

Hoje os desafios de Lisboa, na relação com o rio e suas margens, prendem-se, entre outras, com duas ordens de questões:

— A articulação e integração dos espaços da Cidade-Rio, a uma mais grandiosa escala, metropolitana, obrigando a repensar não só as margens da cidade propriamente dita, mas as de muitos dos centros urbanos que envolvem Lisboa ao longo do seu estuário (novas pontes e túneis, o aeroporto, as faixas litorais do Barreiro, de Almada, etc);

— A ampla recuperação e refuncionalização da decadente área histórico-monumental da Baixa Pombalina e da sua envolvente – para lhe permitir de novo, numa perspectiva de grande actividade turístico-equipamental e comercial internacional, regressar ao desempenho deste espaço como área central principal, em termos de actividade, de qualidade arquitectónica, e consequentemente, no plano simbólico, e, finalmente, cívico.

O estuário do Tejo, a área de jurisdição do Porto de Lisboa e as infraestruturas portuárias

Rui Alexandre

A extensa área dominial do Porto de Lisboa e a área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa que lhe está associada constituem um importante território que estabelece a relação entre as estruturas urbanas metropolitanas e o rio Tejo, o estuário e as actividades a elas ligadas.

O estuário, com elevado valor natural, em torno do qual se iniciou o desenvolvimento do sistema urbano de Lisboa até à sua actual configuração metropolitana, abrange 11 concelhos ribeirinhos.

A área de jurisdição da APL tem cerca de 35.200 hectares com uma largura variável entre os 2 e os 14km e 200km de Frente Ribeirinha com 50km na margem Norte e os restantes 150km distribuídos nas baías e esteiros recortados da margem Sul.

É um espaço onde coexistem, partilham responsabilidades e intervêm diversas entidades públicas e privadas, de um modo nem sempre concertado.

A obsolescência e abandono de muitas infra-estruturas e actividades industriais tradicionalmente ligadas ao Rio e ao Porto, levaram, a partir do final da década de 70, ao progressivo abandono ou subutilização de áreas ocupadas pelo Porto, pela armazenagem e pela indústria. Este fenómeno levou a APL, na década de 1990, a iniciar um processo de reorganização do espaço portuário na Cidade de Lisboa.

Para o Plano Estratégico do Porto de Lisboa – PEPL, a criação de novos espaços deverá permitir a relação com o Rio, quer a partir de espaços urbanos ribeirinhos quer de espaços naturais.

A convivência entre um porto eficiente e competitivo e um território qualificado sob o ponto de vista urbano e ambiental na sua ligação à água, deverá estar na base de um novo paradigma da relação porto-cidade.

Manuel Aires Mateus Francisco Aires Mateus Jorge P. Silva

24

Equipa

Eleonora Locatelli
Benedetta Minonzio
Giulio Stocco
Fernando Miguel Carvalho
Luca Arcangeli
Silvia Garrone
Xavi Rechi Montes
Francisco Monteiro
Giovanni Romagnoli

O projecto procura uma nova relação entre a cidade de Lisboa e a periferia da margem oposta do rio Tejo. A distância não é física. Os miradouros da cidade histórica debruçam-se sobre um território de fábricas e portos em estado de abandono que pontuam como emergências o “sky line”. Procuramos oferecer com a nossa intervenção um valor acrescentado que sirva de base a uma futura expansão. Referimo-nos em particular à presença da reserva e da baía natural que se encontram contaminadas por edificações pesadas. Pensamos ainda num desenvolvimento sustentável que devolva ao território uma presença natural que se desvaneceu. A intervenção consiste em criar uma ilha artificial onde se concentrem infra-estruturas, como a futura localização do comboio de alta velocidade, e o novo aeroporto que reutiliza o terreno militar existente.

Concentramos num nó infraestruturado uma estrada de enorme fluxo com ligações navegáveis e a linha de caminho de ferro.

O conceito explorado para a ligação é um túnel subterrâneo que liga a baía de Almada e Seixal deixando livre uma passagem navegável e criando uma entrada para a baía do Barreiro.

O enquadramento territorial da área do projecto elege o limite como uma geometria regular quadrada, definindo cada ângulo com intervenções distintas. Escolhemos a forma quadrada pela sua “autoreferencialidade”, pela sua capacidade de ser um lugar. O quadrado consente ser habitado. A sua geometria absoluta exalta a naturali-

dade da costa. O seu carácter diferenciado gera uma tensão que se torna no elemento constitutivo do projecto.

O primeiro é o limite do aeroporto que se insere num espaço que se deixa verde. Mais a Sul o limite transforma-se numa língua construída de terra que termina numa piscina natural e que continua como um canal que cria uma ilha precisa. O outro limite é o ingresso no túnel subterrâneo que prossegue em direcção à ilha artificial construída e que fecha a geometria.

A ilha artificial foi pensada como uma cidade. Um parque linear que reforça o alinhamento do túnel, como um passeio que percorre todo o lado poente e de onde partem ruas e dois canais.

Paralelamente ao parque desenvolvem-se zonas com edifícios mais altos que delimitam a linha do “sky line”. Virado a para o Tejo, a Norte, desenvolve-se um porto turístico ligado a uma área comercial com hotéis e edifícios residenciais que evocam a cidade histórica com duas praças – uma virada para o parque, outra para o canal e aeroporto.

No remanescente da ilha surgem edifícios mais baixos que assinalam o limite da costa contra o canal. A escala varia entre edifícios altos virados para o parque e outros baixos virados para a costa.

25



26



Situação existente



Proposta

27



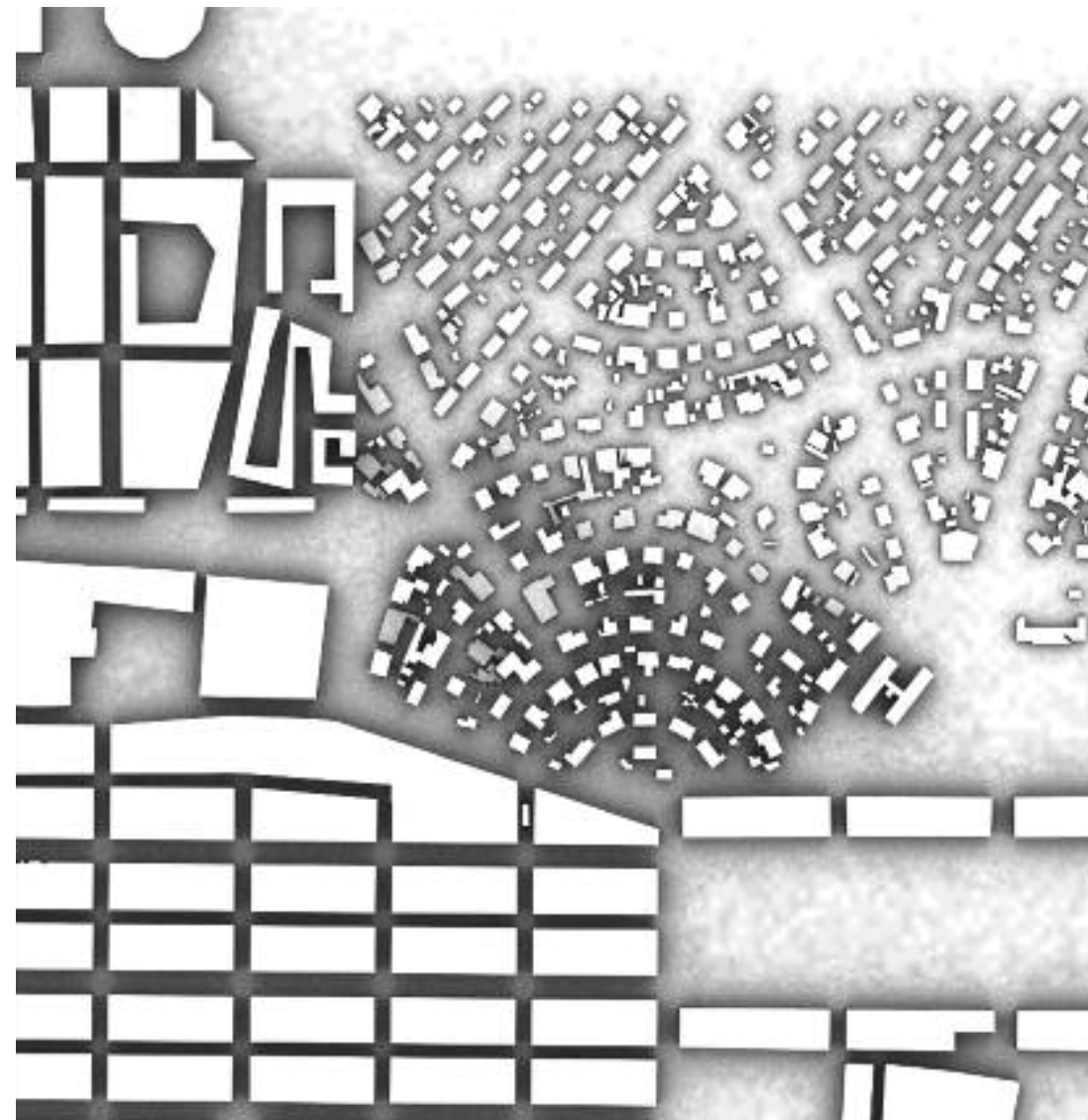
Proposta, detalhe



Ocupação tipológica, perspectiva



Planta



Proposta urbana, planta

Francisco Mangado

João Góis

Andreia Salavessa

30

Equipa

Andreia Barbieri
Benedetta Balestra
Benedetta Scarella
Catarina Lopes
Elisabetta Clerici
Hugo Martins
Luca Porqueddu
Simão Botelho
Vânia Fernandes

Intervir no Estuário do Tejo do ponto de vista das possibilidades de ocupação de um espaço natural, alterando o seu perímetro e fisionomia ao longo do tempo segundo as variações das marés, fluxos e correntes, foi o grande objectivo do projecto.

Conscientemente renunciou-se a outro tipo de implantação, caracterizado por problemas e realidades mais específicas que requeriam um tipo de informação mais precisa. Assim, foi escolhido um âmbito de trabalho e reflexão que permite estudar o problema da ocupação de um meio protegido, com alto valor ambiental e de uma forma mais abstrata, a sua relação com a água.

A intervenção e a reflexão, permitem o diálogo entre conceitos opostos, como a permanência e o transitório, a estrutura e a conjuntura, o peso e a leveza, o abstrato e o concreto, não esquecendo o confronto entre a dimensão territorial e a dimensão doméstica.

Procurou-se trabalhar com escalas de análise e intervenção de natureza e dimensão distintas. Desenvolveram-se simultaneamente tramas estruturais que ocupam permanentemente a água ao mesmo tempo que se dá espaço a edificações ligeiras, móveis e temporais que procuram dar sentido ao programa proposto.

Assim, o projecto estabelece uma relação entre um programa permanente e um transitório. O primeiro encontra uma condição abstrata, intemporal, quase arqueológica, e formaliza-se a partir de uma quadrícula teoricamente infinita de vigas e

pilares, o suporte físico do programa que evolui com o tempo.

Este último tenta resolver-se com mecanismos de sobreposição, ocupando o lugar com algumas das plataformas da estrutura permanente ou simplesmente, mediante o apoio de ligeiras construções metálicas e de madeira. Estas, após a ocupação mais intensa, transportam-se para outros lugares, deixando para trás a estrutura como uma impressão digital no território.

O programa é amplo e variado, dedica-se principalmente a estâncias balneares para grupos de reformados e de jovens, todos eles ligados a um eventual programa da Segurança Social Portuguesa caracterizado por pequenas casas com áreas de lazer, desporto, cultivo, cultura, pesca, etc. Pretende-se uma colonização do Parque Natural que não é especulativa mas sim suave, sensível, e atenta à fragilidade do lugar.

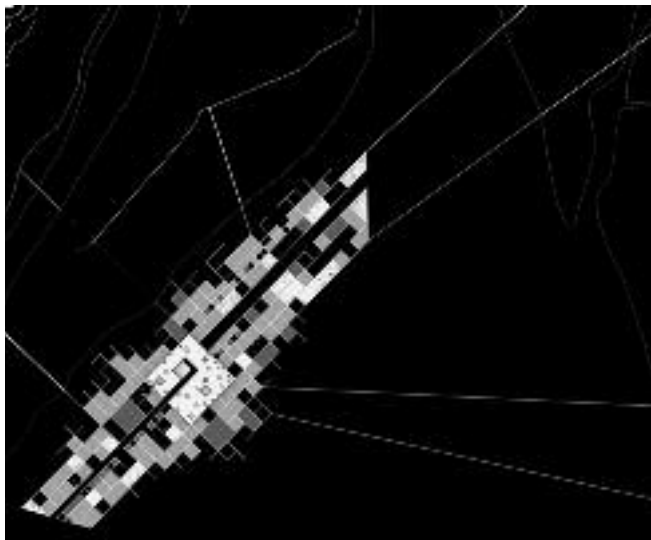
Ao longo do processo pretendeu-se que os alunos, em paralelo ao conceito do projecto, pudessem trabalhar e dialogar simultaneamente com duas escalas:

A macro-escala, de ocupação mais conceptual e ideológica e uma escala de concretização estrutural, atenta aos valores formais. Foram várias as referências utilizadas, destacam-se as construções simples e espontâneas dos pescadores no Estuário do Tejo por serem as menos superficiais e caligráficas. Referência decisiva para a concretização formal do projecto na sua abordagem ao território.

31

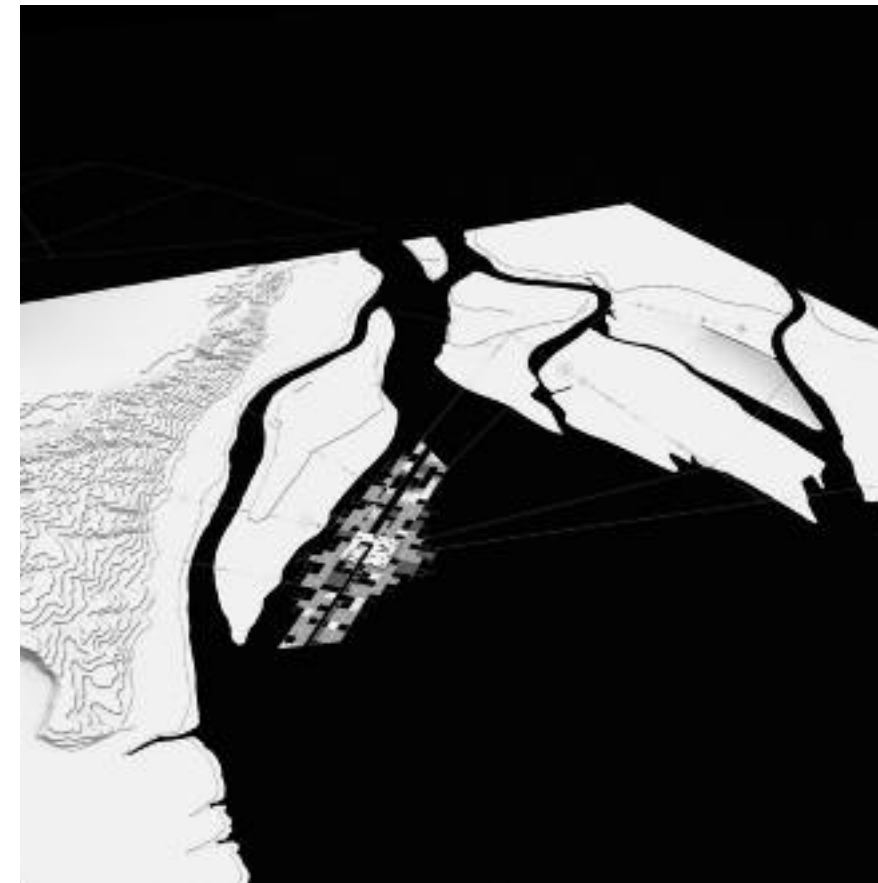


Proposta de intervenção geral, perspectiva



Ilha, planta

Relação do sistema de marés com a proposta de intervenção



Proposta de intervenção geral, perspectiva

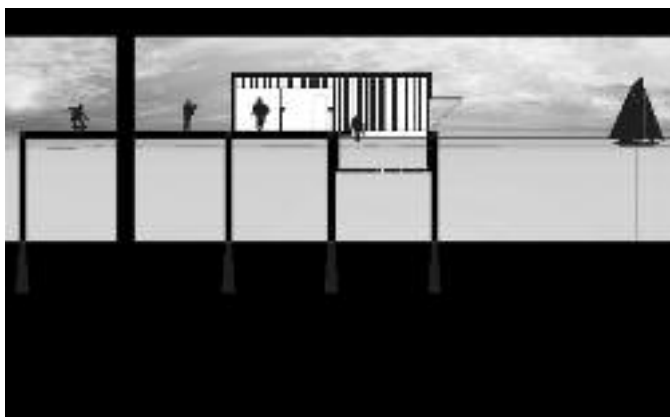


Sistema de marés

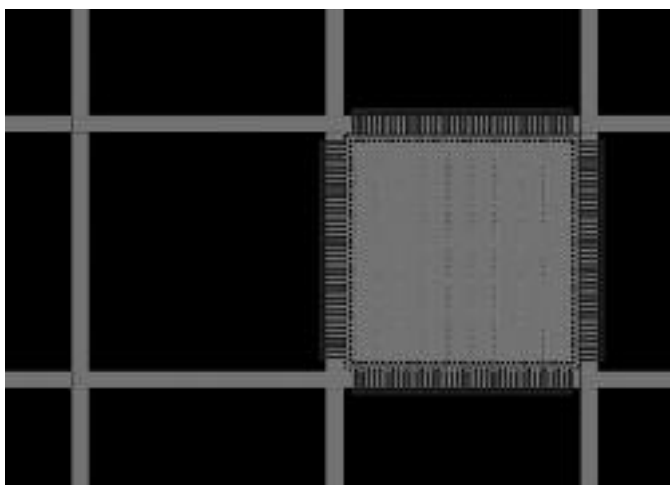


Ilha artificial, secção

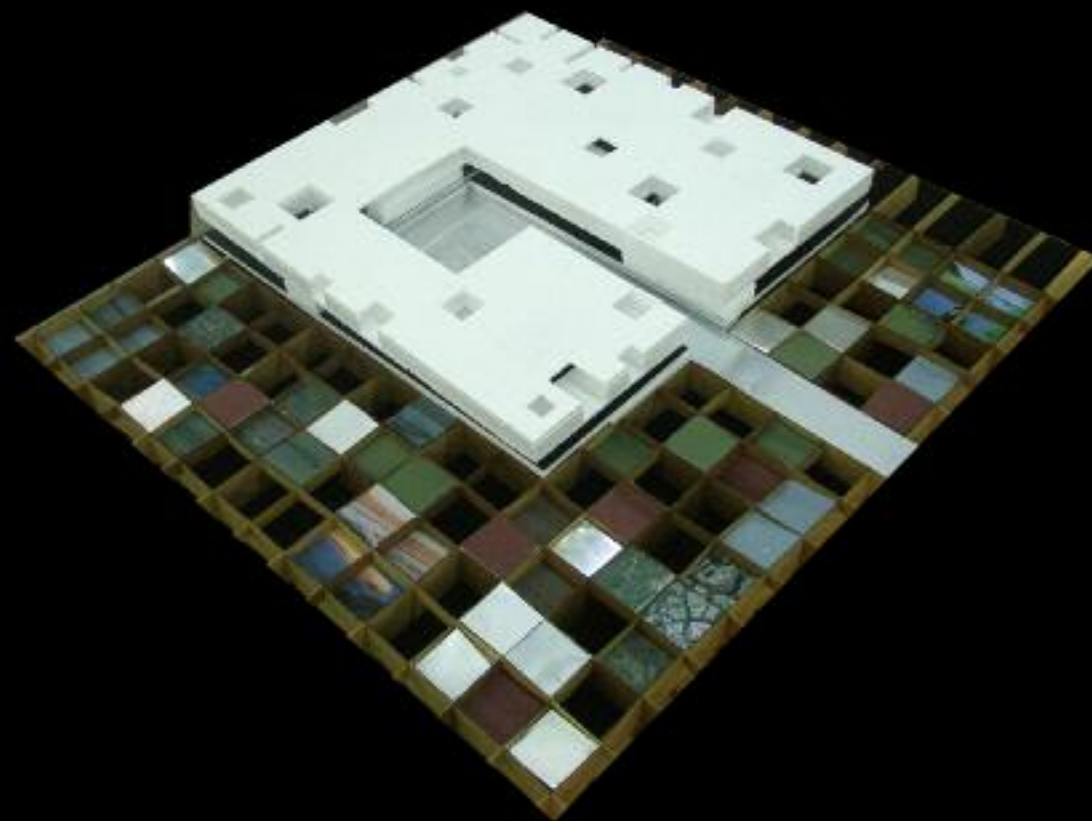
Ilha artificial, secção



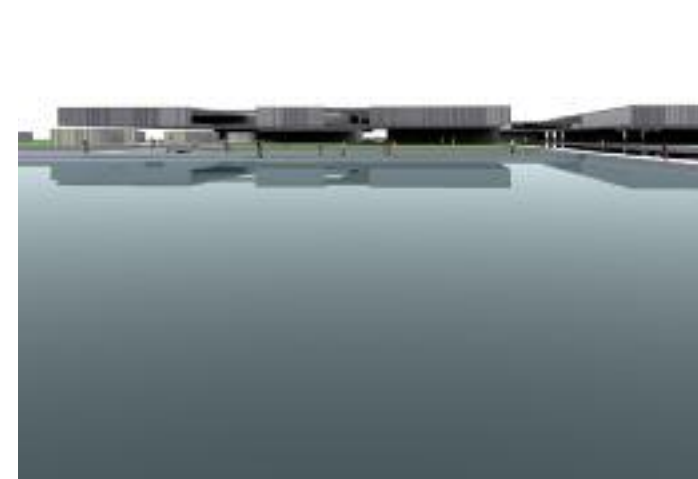
34



Ilha artificial, planta



Edifício polivalente, maquete



Edifício polivalente, fotomontagem

Manuel Graça Dias
Egas José Vieira
Ricardo Silva Carvalho



Novo percurso viário, secção

36 **Equipa**
Bruno Chialastri
Cecila Fossati
Chiara Cavalieri
Cristian D'Elia
Ester Stigliano
Filipe Cardoso
Georgina Mónica Lalli
Laura Barbarito
Mafalda Neuparth

Da curva que se desprende do rio.
Pretendemos, no curto espaço do *workshop*, concentrar-nos num único ponto de contacto de Lisboa com o rio, imaginando uma intervenção infraestrutural suficientemente forte que pudesse vir a induzir relações e usos novos e diferentes para esse lugar da cidade.
Perante as mais recentes propostas de reanimação da Baixa Pombalina, tem sobressaído a ideia da necessidade de corte de trânsito no eixo marginal, frente ao Terreiro do Paço, de modo a ultrapassar o incómodo viário na principal praça do País.
As várias soluções, contudo, limitam-se a propor a transferência desses fluxos para montante, para uma chamada “circular das colinas”, reservando à Baixa Pombalina uma utilização e um desfrute já só quase pedonal e turístico.
Propomos, com a nossa solução, conciliar a continuação da passagem viária pela zona com a diminuição da pressão automóvel no Terreiro do Paço: um viaduto ligeiro, paisagístico, doce, em curva suave, afasta-se da margem, surgindo da água a partir de dois túneis que, no Cais do Sodré e na Estação Sul-Sueste, mergulham misteriosamente o tráfego urbano no leito do rio.
A visão extraordinariamente poética, é simultaneamente surreal e tecnológica: os carros saem e entram na água cumprindo um arco (de luz, à noite, e de cores e brilhos, durante do dia) ordenado com o desenho matemático da Baixa, com a visão proposta pela abertura do Terreiro do Paço sobre o Tejo, permitindo a manutenção do

tráfego fluvial, cacilheiros e outros pequenos barcos em tracejado, nervoso por sobre a água que cobre o túnel ou sob o viaduto em ponte.
O alçado negro da Praça, à noite, aquele vazio deitado sobre o rio, não se animará já só então com os percursos luminosos e imprevisíveis dos barcos que o atravessam ou percorrem, mas viverá intensamente, sobretudo, do arco de luz que marcará o horizonte. De dia, será a correnteza cinética do movimento viário a enquadrar o outro lado, a serra da Arrábida ao fundo, pedaços da Margueira, perto.
A proposta demora-se ainda no redesenho da Doca do Jardim do Tabaco, adaptando-a ao por diversas vezes já anunciado Terminal de Cruzeiros. A doca será fechada (o seu assoreamento constante desaconselha a sua permanência enquanto tal), mas sobre um espelho de água com o mesmo desenho nascerá um edifício em vidro, apoiado em pilares que o parecem fazer emergir da água e que albergará as funções necessárias ao desejado Terminal.
O paralelepípedo de vidro foi modelado a partir da dimensão da boca do Terreiro do Paço sobre o rio: 177 metros (distância entre os torreões) de comprido por 25 metros de largura (a largura dos mesmos torreões). O interior dos seus três pisos é percorrido por um ritmo de pátios cilíndricos centrais com 12,50 m de diâmetro. Duas rampas recebem o público do lado de terra e, por dentro, depois dos sucessivos serviços, a saída converge sobre um pontão em “L” quebrado, que acompanha a linha de

37
costa para nascente; aí atracarão finalmente os grandes navios de passageiros que procuram Lisboa.
No intervalo entre as duas entradas em túnel, em direcção à ponte sobre o rio, o espaço liberto da actual viaridade sufocante, será apropriado pela cidade. Uma intensa *boulevardização*, conquistada pela repetição de pares de plátanos ao longo do antigo leito da Avenida (libertando apenas duas faixas laterais para trânsito de emergência), compõem uma alameda que só se interromperá respeitosamente à passagem frente à Praça do Comércio.
A nova Alameda simbolizará o desejo maior de reservar ao peão e à bicicleta aquela margem da cidade, acompanhada de muito perto pela movimentada curva serena que se desprenderá do rio.

Proposta de intervenção geral, maquete





40



41



Nikos Ktenàs Simona de Giuli Flavio Barbini

42

Equipa

Filippo Santoni
Mariana Calaça
Marianna Mazzetta
Nicola Tuan
Nuno Sampaio
Roberta Battaglia
Rodrigo Gaspar
Sara Raquel

Lisboa, Cinco Projectos, Novas Paisagens.

O projecto é o instrumento que nos permite, através da génese de um diálogo, compreender a paisagem, condição possível apenas pela provocação da geografia. Para iniciar esta dialéctica é necessário fixar os diversos enunciados daquilo que já existe; indagando, em vez de nos colocarmos num sítio imitando a sua forma, pode-se evitar a destruição da geografia. Esta aniquilação da paisagem surge também quando se procura actuar em continuidade com as arquitecturas pré-existentes. Não pretendo com isto afirmar que não é inegável a necessidade de propor o novo em relação com o antigo, mas esta empatia deve provir não através da duplicação do que já existe, mas através da invenção de um novo capítulo, fazendo o passado tornar-se presente. Para que isto seja possível é indispensável que possamos compreender o passado e o integremos como parte da nossa experiência. No projecto é possível contemplar a *presença do presente* porque vivemos hoje e sabemos como agir, mas também podemos contemplar a *presença do futuro*, devendo construir a capacidade de projectarmo-nos no futuro e torná-lo presente. Quero com isto dizer que a presença do passado é a memória, a presença do presente é a contemplação e a presença do futuro é a expectativa, a esperança.

Quando nos dizem que para proteger um lugar é necessário imitar as coisas que estão no território, na realidade o que resulta é a destruição do mesmo. Isto porque a *presença do passado* torna-se deste modo

na *presença do futuro*, mas o passado não pode ser o mesmo que o futuro, isto é a destruição da paisagem. Tal como quando em arquitectura se tenta imitar o que já existe, na realidade destrói-se o que existe. Não se pode construir um conjunto de normas válidas para cada lugar porque cada paisagem é distinta, tem a sua natureza e a sua história. É sobretudo a morfologia do sítio que sugere, através de uma pluralidade de emissões, a estratégia de actuação do projecto. Para seleccionar estas componentes é necessário construir a capacidade de colocar *perguntas ao lugar*, como se de uma investigação se tratasse, que segundo a metodologia que defendo, se constrói a partir de dois graus diferentes de indagação: o primeiro analisando de longe o território no seu conjunto, o segundo, ao contrário, estuda atentamente o carácter de um sítio.

Foi este método o que sugeri para a elaboração dos cinco projectos. Todos partem de uma análise atenta do território, nunca limitada ao sítio do projecto, mas sim alargada a toda a cidade e à sua história.

O que já existe foi a matriz de todos os projectos, que constroem o novo e sua inscrição surge sempre através de uma sintaxe simples. Fazer arquitectura é, para mim, como escrever um texto: poucas palavras são necessárias para exprimir um conceito, o importante é fazê-lo de um modo em que a etimologia dos elementos seja clara e não cede espaço à ambiguidade. A sintaxe, como princípio de organização da composição, deve ser capaz de introduzir significados profundos.

43



Lisboa Ocidental



Lisboa Oriental



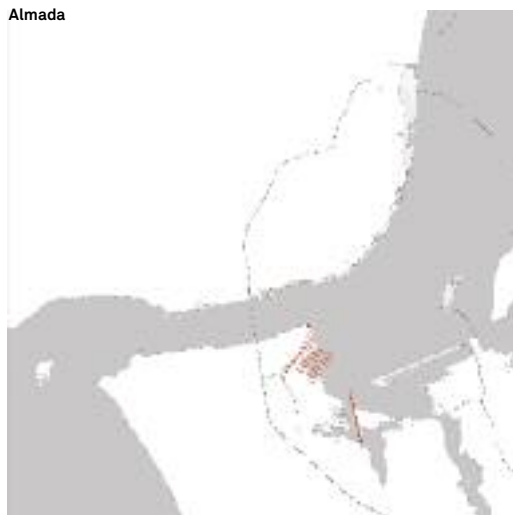
Ilha estuário



Porto Barreiro

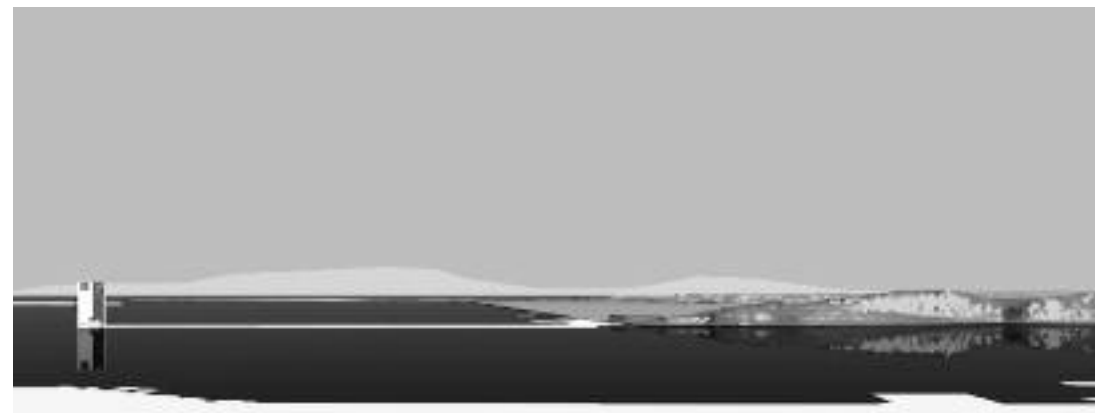


Almada

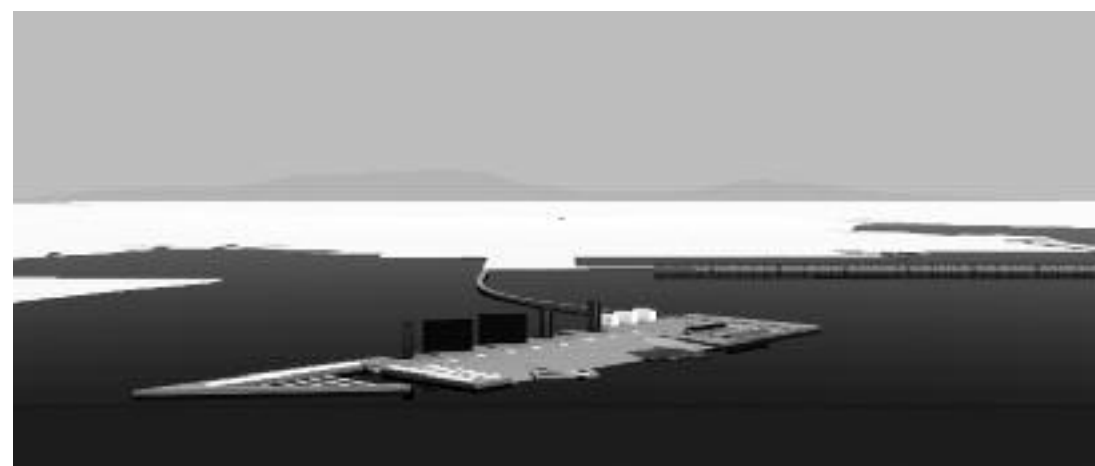
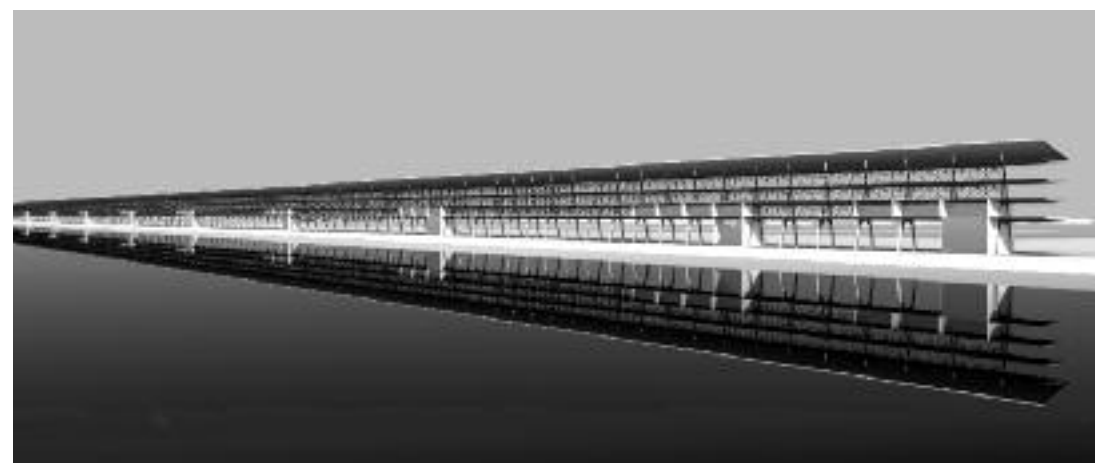


Áreas de intervenção eleitas, plantas

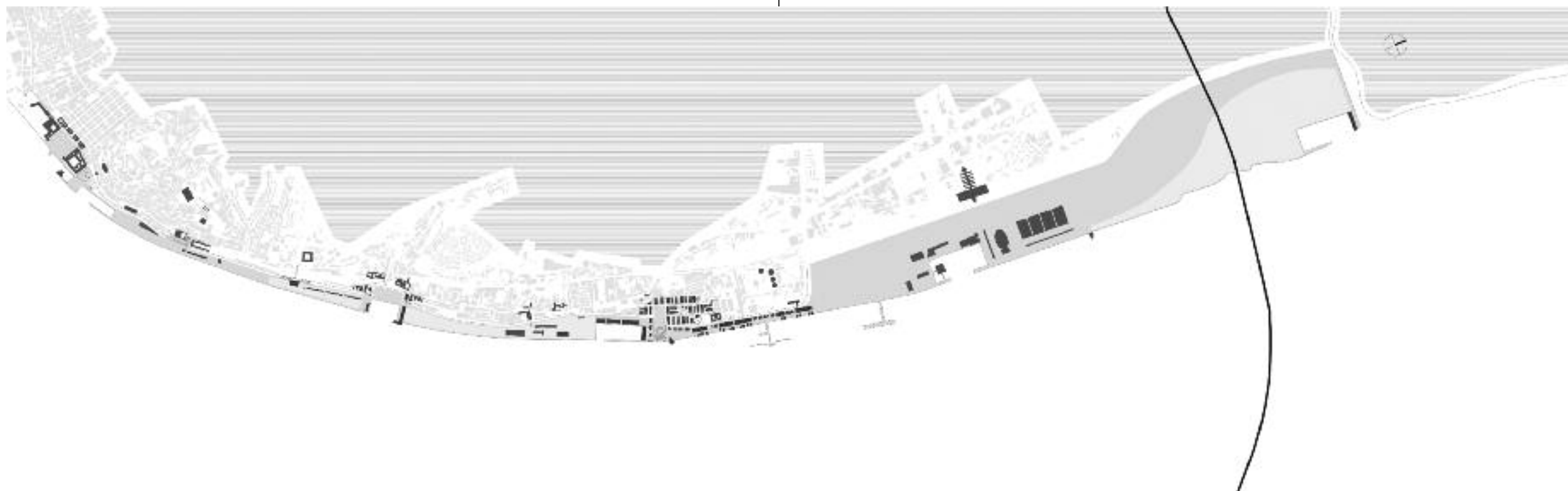
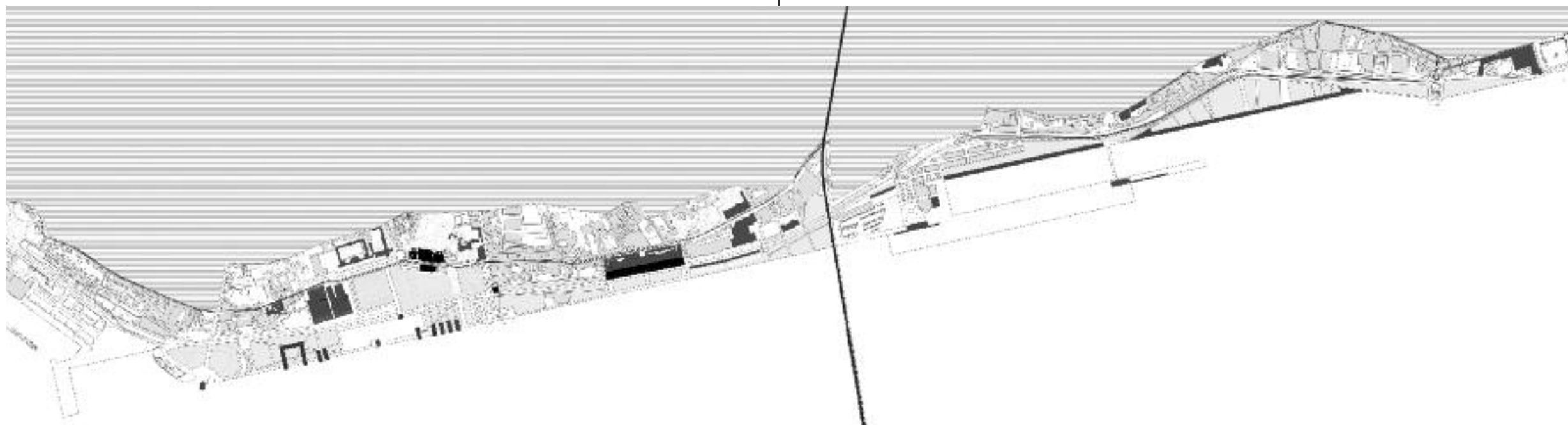
Almada



Barreiro



Ilha artificial no estuário do Tejo



Eduardo Souto de Moura José Adrião Pedro Reis

48

Equipa

Ana Quelhas
Bárbara Corbella
Elisa Pegorin
Erik Bianchi
Francesco Salvolini
Ivan Iemma
Luca Ponsi
Joana Rola
Noelia Linares
Roberto Caputo

No mapa das grandes áreas metropolitanas europeias, Lisboa, Madrid e Barcelona são os três grandes núcleos de concentração e desenvolvimento da Península Ibérica. Com a perspectiva de um novo aeroporto em Alcochete, as novas ligações de TGV e as infraestruturas portuárias planeadas, a área metropolitana de Lisboa, com cerca de dois milhões de habitantes, necessita de um estratégia clara de crescimento que passa por consolidar o grande Estuário do Tejo como o centro da nova área metropolitana.

Desenvolveu-se uma abordagem em que se identificam as potencialidades das diferentes áreas ao longo do perímetro do estuário, propõem-se novos núcleos de fixação de população e centros de actividade e arriscam-se programas e novos usos; no Barreiro um novo centro político e administrativo, no Seixal um grande parque fluvial, no Montijo a concentração de campos desportivos, universidades e centro tecnológico no actual aeroporto militar e em Alcântara a transformação das docas num grande centro turístico de actividades recreativas e portuárias. Definiram-se quatro zonas principais de actuação de modo a criar quatro pólos-terminais, geradores e centralizadores de dinâmicas, fluxos e energia que funcionam simultaneamente como interfaces entre o rio e toda a área metropolitana.

49







52



Intervenção na Gare Marítima de Alcântara



53



Estuário do Tejo: valores e desafios.

Filipa Ramalhete

54

No estuário do Tejo, um dos mais vastos da Europa, conflui o rio cuja bacia hidrográfica ocupa mais de um quarto do território de Portugal continental. É um território de grande valor, a nível regional e nacional, e a sua gestão representa um importante desafio para as próximas décadas, sobretudo se considerarmos que residem na Área Metropolitana de Lisboa três milhões de pessoas, parte delas em concelhos ribeirinhos.

O desafio colocado durante o VIII Seminário aos seus participantes, implicou uma reflexão sobre uma área de intervenção localizada numa parte do estuário do Tejo com actividades económicas ancestrais, ligadas historicamente ao abastecimento à capital e ao comércio fluvial e marítimo e, no último século, à cintura industrial e à expansão metropolitana de Lisboa. Em consequência, é uma área que tem tido, ao longo dos tempos, usos do solo muito diversos (desde a exploração de sal à indústria pesada, actividade portuária e actividade militar da Base Aérea do Montijo), na qual podemos hoje observar vestígios de actividades seculares, lado a lado com zonas expectantes.

É de salientar a importância das zonas ribeirinhas do Tejo do ponto de vista do património cultural. Estamos na presença de vestígios de ocupações de diversas épocas e civilizações, sendo a cidade de Lisboa, pela sua dimensão e importância histórica, o exemplo mais significativo desta realidade. Em muitos locais, existem cachos que agregam um número significativo de

elementos de património edificado, muitas vezes coincidentes com os actuais centros históricos, focos populacionais dos diversos concelhos ribeirinhos.

Por outro lado, no estuário termina um rio internacional, que atravessa Portugal, servido de uma vasta rede de afluentes, que constituem um importante suporte de diversas actividades humanas, para as quais a qualidade da água é um aspecto fundamental.¹ Neste sentido, tem havido uma crescente tomada de consciência da necessidade de controlar fontes de poluição e manter o equilíbrio dos diferentes habitats.

A zona fluvial possui um importante valor ecológico e de conservação da natureza, resultado da grande biodiversidade do estuário, constituindo um importante espaço de criação de espécies piscícolas, e de migração e nidificação de avifauna. Em virtude do seu valor como património natural, este território integra os limites da Reserva Natural do Estuário do Tejo e encontra-se classificado a nível europeu, fazendo parte da Rede Natura 2000 (Zona de Protecção Especial da Directiva Aves e Área Classificada da Directiva Habitats), e a nível internacional, como Sítio classificado pela Convenção Ramsar (Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como “habitat” de Aves Aquáticas).

No que diz respeito à administração e gestão do território, a realidade é bastante complexa, sendo as principais entidades gestoras as câmaras municipais e a Admi-

55

nistração do Porto de Lisboa. Em termos de Instrumentos de Gestão do Território, não existe um instrumento específico para o estuário, coexistindo os instrumentos de escala municipal (como os Planos Directores Municipais e alguns Planos de Pormenor) com os de cariz supramunicipal (como o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo). Está neste momento em fase de finalização, o Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo. Importa ainda referir a Zona de Protecção Especial, delimitada aquando da construção da Ponte Vasco da Gama, com o objectivo de estabelecer uma área de salvaguarda dos diversos valores patrimoniais e ecológicos localizados na área de influência da construção desta infra-estrutura.

O estuário do Tejo é, pois, uma área de grande riqueza ambiental e económica, onde coexistem diversos usos, causando, inevitavelmente, situações de conflito. Um exemplo é a crescente procura das zonas ribeirinhas para usos de lazer, nem sempre compatíveis com os usos vigentes.

A mudança de usos, realizada de uma forma equilibrada, que respeite os valores ecológicos e responda às necessidades de ordenamento de uma área metropolitana europeia do século XXI é um desafio que grande parte do estuário enfrenta neste momento, uma vez que muitas das zonas ribeirinhas se encontram em transição, sobretudo as antigas áreas industriais, que

se desenvolveram ao longo do século XX, e as zonas rurais. E se, historicamente, as áreas ribeirinhas eram consideradas sobretudo espaços de trabalho, de produção e de transporte, sendo, muitas vezes, de acesso condicionado, há hoje uma pressão crescente para as transformar em zonas públicas, rodeadas de residências e serviços diversos. Estamos na presença de novas formas de perceber o rio, associadas a vivências urbanas, onde o tempo e o espaço para o usufruto e a contemplação da frente ribeirinha surgem associados a uma representação de imagens cosmopolitas que, conscientemente ou não, relegam para o passado a memória rural e industrial deste território metropolitano.

Neste sentido, esta publicação mostra de que forma os participantes do VIII Seminário responderam ao desafio que lhe foi colocado, construindo propostas onde o rio não representa nem uma barreira nem um elo de ligação entre duas margens, como tradicionalmente era concebido, mas antes o próprio espaço das intervenções, ensaiando novas visões de um território carregado de múltiplos significados e registos históricos.

¹ Segundo o Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (Decreto Regulamentar n.º 18/2001 de 7 de Dezembro), os dois grandes consumidores de água na bacia do Tejo são a agricultura/agropecuária e o abastecimento de água às populações.

Andreia Salavessa Licenciatura em Design (especialização Design de Interiores) no Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing em 1998 e Licenciatura em Arquitectura pela Universidade Autónoma de Lisboa em 2004. Prémio SECIL Universidades 2004. Colaborou, desde 2000, em diversos escritórios de arquitectura: Fernando Salvador e Margarida Grácio Nunes Arquitectos (2000), João Santa Rita (2000-2001), João Luís Carrilho da Graça (2002-2003) e Bárbara Delgado/Rogério Gonçalves (desde 2003). Colaborou na área da Arquitectura e Design de Interiores com Gabinete de Arquitectura e Planeamento (GAP). Na área do Design com o Instituto de Engenharia e Sistemas de Computadores na criação de ambientes e personagens interactivos para crianças. Actualmente é sócia do **ateliermob** – arquitectura, design e urbanismo Lda., onde exerce actividade desde a sua constituição (2004).

Eduardo Souto de Moura (Porto, 1952). É arquitecto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (1980). Colaborou com o arquitecto Álvaro Siza Vieira entre 1974 e 1979. De 1981 a 1991 foi professor assistente na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Foi professor convidado em Paris-Belleville, Harvard Graduate School of Design, Dublin, ETH Zurich e Lausanne. Participou em vários seminários e conferências em Portugal e no estrangeiro. O seu trabalho aparece em diversas publicações e exposições. Recebeu vários prémios e foi nomeado várias vezes para o prémio “Mies van der Rohe”.

Egas José Vieira (Lisboa, 1962). É arquitecto (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1985). Foi Professor Convidado da Escola Superior de Tecnologia, Gestão Arte e Design de Caldas da Rainha (1997/2001), sendo actualmente Professor no Departamento Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa (desde 1998). Vive e trabalha em Lisboa onde criou, em 1990, o atelier CONTEMPORÂNEA, com Manuel Graça Dias. Tem trabalhos em Lisboa, Porto, Chaves, Ponte de Sôr, Portalegre, Grândola, Almada, Guimarães, Faro, Madrid e Sevilha que têm sido objecto de publicação na imprensa especializada. Representou Portugal na Bienal de Barcelona (1987), integrou ainda a Europália'91 (Bruxelas) e a 18ª e 19ª Trienal de Milão (1992/1995). Obteve uma Menção Honrosa no Prémio Municipal de Arquitectura de Ponte de Sôr (1993), tendo ainda ganho (com Manuel Graça Dias), o Prémio AICA/Ministério da Cultura (Arquitectura), relativo a 1999, pelo conjunto da sua obra.

Filipa Ramalhete (Lisboa, 1971) Licenciada em Antropologia, mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental e doutorada em Engenharia do Ambiente. Possui uma pós-graduação em Arquitectura do Território (Departamento de Arquitectura da Universidade de Genebra). Lecciona as disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico, Geografia e Território e Antropologia do Espaço, no Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa. Realiza investigação na área do Ordenamento do Território. A nível profissional tem trabalhado em vários projectos, nacionais e comunitários, relacionados com o ordenamento do território na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente em inventários de património e de paisagem, realizados em Sistemas de Informação Geográfica. Possui, também, actividade voluntária na área do Ambiente e Ordenamento do Território, nos últimos dez anos, como membro activo do GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente.

Flavio Barbini (Monza, Italia, 1966). Licenciado em Arquitectura pelo Politecnico de Milão, em 1991, e Pós-Graduado em Desenho Urbano pelo ISCTE, em 2002. É professor Auxiliar convidado do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, actualmente desempenha funções de docência da Unidade Curricular de Projecto IV e funções na direcção do Departamento desde 2001. Vive e trabalha em Lisboa. Colaborou com o Arquitecto João Luís Carrilho da Graça desde 1991 até 1995. Tem atelier próprio desde 1996, com a Arq.ta Maria João Gonçalves da Silva. Em 2001, com o Arq. João Luís Carrilho da Graça, ganham o Concurso para o Centro de Coordenação Operacional da BRISA em Carcavelos; recentemente tem desenvolvido o Projecto de Reabilitação das Antigas Adegas da Quinta do Barão para a instalação do Museu do Vinho de Carcavelos e o Projecto de restauro da Bateria da Crismina no Guincho, em Cascais, para a instalação de um restaurante .

Francisco Aires Mateus Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Colaborou com o Arquitecto Eduardo Trigo de Sousa e com Gonçalo Byrne até fundar com o seu irmão o atelier Aires Mateus & Associados. É professor no Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa e na Academia di Architettura de Mendrizio, Suíça desde 2001. Participou em várias exposições conferências e seminários no Brasil, Itália, Portugal e Suíça.

Francisco Mangado (Navarra, Espanha, 1957). Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Arquitectura da Universidade de Navarra onde actualmente desenvolve actividade docente assim como em diversas outras Escolas, na Graduate School the Design na Universidade de Harvard, na UTA, Texas e na Universidade Internacional da Catalunha. Galardoado com o prémio de Arquitectura Andrea Palladio, o Thiene de Arquitectura, o prémio Architecti, o prémio da CEOE e o FAD. Entre as suas obras destacam-se o Palácio de Congressos e Auditório de Pamplona, a praça Pey-Berland em Bordéus, o Centro de Cultura e a Igreja em Thiene (Itália), o estádio de futebol de Palência, prémio ENOR 2007, e em construção o Palácio de Congressos de Palma de Maiorca. O Palácio de Congressos e Auditório de Pamplona e o Centro Municipal de Exposições e Congressos de Ávila foram seleccionadas para a exposição que o Moma (Museu de Arte Moderna de Nova Iorque) organizou sobre Arquitectura espanhola em Fevereiro de 2006 assim como na exposição de Arquitectura em Madrid em Setembro de 2006.

João Ferrand (Lisboa, 1969). Trabalhou como topógrafo entre 1993 e 1999. Paralelamente desenvolveu um interesse especial pela fotografia de arquitectura e dedicou-se à fotografia de vela tendo participado em diversas regatas como fotógrafo e tripulante. Estudou fotografia nos anos 1997 e 1998 com o fotógrafo Carlos Marques. Formou o atelier de fotografia João Ferrand – Fotografia em Dezembro de 2001. O atelier dedica-se aos trabalhos de fotografia aérea, arquitectura e vela. Como principais trabalhos destacam-se as coberturas aéreas das áreas de jurisdição dos Portos de Lisboa, Aveiro e Leixões, o acompanhamento de obras de grande envergadura como o Polis de Matosinhos, o Polis de Gaia e a construção dos Molhes do Douro. Destacam-se também diversas publicações em revistas de arquitectura nacionais como a *Arquitectura&Vida*, *Arquitectura Ibérica*, e internacionais como *Arquitectura Viva*, *A10* e *Mark Magazine*. Em 2007 publicou duas obras em co-autoria, “A Ponte Móvel de Leixões – Memória histórica” sobre a primeira ponte móvel de Leixões e “O vento Chama – 2007 ISAF Sailing World Championship 2007” sobre os campeonatos de mundo de vela realizados em Cascais nesse ano.

João Góis (Lisboa, 1972). Licenciatura pela Universidade Lusíada de Lisboa em 1999. Entre 1998/1999 colabora com ARX Portugal, 1999/2000 com Arq001 e entre 2001 e 2006 com o Arq. Gonçalo Byrne. Em 2006 é convidado por Francisco Mangado para a coordenação geral do projecto para o Palácio de Congressos, Hotéis de Palma de Maiorca. Actualmente exerce a sua actividade profissional em atelier próprio, Jag arquitectos em Lisboa, onde desenvolve projectos próprios, em co-autoria com Arq. Francisco Mangado e em colaboração com o Arqº. Gonçalo Byrne. Destaca-se: Prémio Secil de Arquitectura 2000 – Concurso Universidades (Menção Honrosa) e Organização do ciclo de conferências “Quartas a Noite” na Ordem dos Arquitectos Portugueses, em 2002.

Jorge P. Silva (Lisboa, 1976). Em 1998 termina o curso de Arquitectura na Universidade Lusíada tendo tido como professor o Arquitecto Manuel Aires Mateus que o convida a integrar o atelier Aires Mateus e Associados. Ainda em 1998 expõe trabalhos académicos na Tektonica e Geração de 90 na Ordem dos Arquitectos. Em 2001 participa no concurso European 6 para a requalificação de Setúbal em que é selecionado como finalista. Desde 2002 é convidado regularmente como assistente de Manuel Aires Mateus em seminários em Itália, Espanha, Suíça e Portugal. Desde esse momento passa também a assumir funções de representação do Atelier Aires Mateus em cerimónias ou conferências em Portugal, Espanha, França, Alemanha e Itália.

José Adrião (Lisboa, 1965). Licenciado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, após estágio com Josep Llinàs sob orientação de Eduardo Souto de Moura (1991). Mestrado pela Universidade Politécnica da Catalunha (Barcelona), no programa Metropolis (2002). Docente no Departamento de Arquitectura na Universidade Autónoma de Lisboa. Desde Setembro de 2005, co-director do JA – Jornal Arquitectos. Em 1996, forma JAPP Arquitectos com Pedro Pacheco. Em 2002, inicia José Adrião Arquitectos. Projectos premiados desde 1991: Concurso de Ideias para o Terreiro do Paço, Lisboa (1992), 1º Lugar, 2º Prémio; European 5, Chelas (1999), 1º Prémio; Concurso de Ideias para Dinamização de Área Arqueológica do Vale do Ocreza (2004), 1º prémio, Concurso de Ideias para o Mercado 1º Maio, Barreiro (2005), 1º Prémio; Concurso de Ideias para a Valorização de Frente de Mar de Albufeira (2006), 1º Prémio.

José Manuel Fernandes (Lisboa, 1953). Arquitecto pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1977). Professor, Doutorado (1993), com Agregação (1999) e Associado (2007) em História da Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Conferencista convidado no Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, e seu Director no período 1998/2000. Director do Instituto de Arte Contemporânea/ Ministério da Cultura em 2001/2003. Investiga, escreve e publica regularmente sobre temas de História, Arquitectura e Urbanismo. Dos seus livros mais recentes refiram-se: “Português Suave – Arquitecturas do Estado Novo” (IPPAR, 2003), “Arquitectura no Algarve” (com Ana Janeiro, CCDRA, 2005), “Arquitectos do Século XX” (Caleidoscópio, 2006), e, em co-autoria, “Angola no Século XIX – Cidades, Território e Arquitecturas” (2006).

Manuel Aires Mateus (Lisboa, 1963). É Arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (1986). Colaborou com o arquitecto Gonçalo Byrne desde 1983. Colabora com o arquitecto Francisco Aires Mateus desde 1988. É professor na Graduate School of Design, Harvard University, EUA; Fakulteta za Arhitekturo, Universa v Ljubljani, Ljubljana, Eslovénia; Accademia di Architettura, Mendrisio, Suíça; Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma, Lisboa; Universidade Lusíada, Lisboa. Prémios internacionais: Prémios Enor2006 - Espanha 2006: Centro de Artes de Sines. Contractworld2007 – Alemanha 2006, Centro de Artes de Sines. Residência Singular 2004 1º prémio - Espanha, 2004: Casa em Azeitão. II Bienal Ibero Americana de Arquitectura 1º Prémio – Cidade do México 2001:Residência de Estudantes, Pólo II Universidade de Coimbra. Prémios Nacionais: Prémio A.I.C.A. – Associação Internacional de Críticos de Arte – Portugal, 2006.

Manuel Graça Dias (Lisboa, 1953). Arquitecto (Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, 1977), vive e trabalha em Lisboa onde criou o atelier CONTEMPORÂNEA com Egas José Vieira (1990). Professor convidado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, é autor de numerosos textos de crítica e divulgação de arquitectura, tendo sido director do JA – Jornal Arquitectos, órgão da Ordem dos Arquitectos (2000-2004). Em 1999, Manuel Graça Dias ganhou, com Egas José Vieira, o Prémio AICA/Ministério da Cultura de Portugal (Arquitectura), pelo conjunto da sua obra.

Nikos Ktenàs É arquitecto desde 1983 pela Cornell University de Nova Iorque. É professor convidado na Accademia di Architettura di Mendrisio – Suíça - e crítico de trabalhos finalistas no Politécnico de Atenas, na Escola de Arquitectura de Paris-Belleville e na Universidade de Versailles. Tem atelier em Lugano desde 1987 e, desde 1990, em Atenas. A sua obra obteve reconhecimento internacional e foi por duas vezes candidato ao Prémio Mies van der Rohe.

Nuno Mateus (Castelo Branco, 1961). Arquitecto, em 1984, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Em 1987, fez o Master of Science in Architecture and Building Design, na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Trabalhou com Peter Eisenman, de 1987 a 1991, e com Daniel Libeskind, em 1991. Foi Director do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa de 2004 a 2007 e exerce actualmente a docência no Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa e Escola Técnica Superior de Arquitectura - Universidade Internacional de Catalunha (Barcelona). Em 1991, fundou a ARX Portugal Arquitectos, com José Mateus. O ARX tem obtido diversas distinções e prémios dos quais de podem salientar: International Architecture Awards, The Chicago Athenaeum, EUA, 2006 (Biblioteca Municipal de Ílhavo); Prémio AICA, Associação Internacional dos Críticos de Arte / Ministério da Cultura 2003; nomeação para o Prémio Secil 2002; nomeação para o Prémio Mies Van Der Rohe 2002 e XXI Encontro Internacional do UIA, Berlim, Alemanha, 2002 (Museu Marítimo de Ílhavo).

Pedro Reis (1967) é licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1994). Estudou na South Bank University de Londres (1992) e realizou o estágio profissional com Fernando Távora. Colaborou com Eduardo Souto de Moura (1994-98) e Toshiko Mori, em Nova York (1998-2000). Em 2000, coordenou a equipa técnica da Missão das Nações Unidas em Timor Leste UNTAET responsável pela reconstrução dos edifícios públicos e pelo projecto de requalificação escolar FSQP. Em 2002, reiniciou a actividade profissional em Portugal onde é docente no Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa.

Ricardo Carvalho (Lisboa, 1971). Arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (1995). Funda o escritório Ricardo Carvalho + Joana Vilhena Arquitectos (1999). É Docente no Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa e crítico de Arquitectura do Jornal Público. Desde Setembro de 2005 é co-director do JA – Jornal Arquitectos. Foi conferencista e/ou professor convidado em diversas universidades e instituições onde se destacam a Ordem dos Arquitectos, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Museu de Arte Contemporânea de Serralves, Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, Moçambique, Universidade de Évora, Universidade Cottbus, Alemanha, Universidade de Coimbra, Accademia de Mendrisio na Suíça e na Universidade de Trondheim, Noruega.

Ricardo Silva Carvalho (Lisboa, 1982), Arquitecto (Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, 2006). Estagiou com o Arqt. Paulo Mendes da Rocha, no atelier METRO Arquitectos, em São Paulo, Brasil, e no atelier Izquierdo, Lehmann, Cia. – Arquitectos, em Santiago do Chile, Chile. Actualmente desenvolve, em paralelo, a sua actividade em colaboração com o atelier MASEA, em Lisboa, e em projectos individuais.

Rui Alexandre (1960). Vive e trabalha em Lisboa. Bolseiro da Jacksonville State University, Alabama, EUA, em 1981/83. Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (1987). Pós-graduação em Gestão do Território pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005/06). Nomeado Chefe da Divisão de Arquitectura e Urbanismo da Direcção de Estudos e Projectos da Administração do Porto de Lisboa. Vogal do Conselho Nacional de Admissão na Ordem dos Arquitectos.

Simona de Giuli é Architecta pela Universidade La Sapienza de Roma (1995). É Doutorada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura de Palermo (2004). Entre 2001 e 2003 integrou a redacção da revista Controspazio, para onde escreveu diversos artigos. Foi docente na Faculdade de Arquitectura de Enna, Sicília. Participou em vários seminários internacionais. É professora assistente na *Accademia di Architettura di Mendrisio, Università della Svizzera Italiana*.





Marginal

Coordenação do seminário

Flavio Barbini
Nuno Mateus
Ricardo Carvalho

Coordenação da edição

Ricardo Carvalho
Flavio Barbini
Filipa Ramalhete

Textos

Eduardo Souto de Moura
Filipa Ramalhete
Flavio Barbini
Francisco Aires Mateus
Francisco Mangado
José Manuel Fernandes
Manuel Aires Mateus
Manuel Graça Dias
Nikos Ktenàs
Nuno Mateus
Ricardo Carvalho
Rui Alexandre

Desenho gráfico

Pedro Falcão

Proporção

[3:4] – 18 × 24 cm

Tipo de letra

Akkurat

Fotografia

João Ferrand (pp. 6-17)

Edição

DA/UAL – Departamento de Arquitectura
da Universidade Autónoma de Lisboa
CEACT/UAL – Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade
e Território da Universidade Autónoma de Lisboa

Impressão e acabamento

Gráfica Maiadouro, Maia

Tiragem

1000

Ano de Edição

2008

Depósito legal

280275/08

ISBN

978-989-8191-00-7

Universidade Autónoma de Lisboa
Departamento de Arquitectura
Boqueirão dos Ferreiros
1200-185 Lisboa, Portugal
T + 351 213 929 267
F + 351 213 977 164
E dp.arq@universidade-autonoma.pt